



PROJETO LEI Nº 31 / 2022

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO
PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA - CIP E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA, Estado de Pernambuco, faz saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que submete a análise da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de LEI:

Art. 1º. Fica ratificada a instituição, pelo Município de Timbaúba/PE, da Contribuição de Iluminação Pública – CIP-, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes, nas vias e logradouros públicos, a qual passa a ser disciplinada pela presente lei.

§1º. Entende-se como iluminação pública àquela que esteja, direta e regularmente, ligada à rede de distribuição de energia elétrica e que sirva às vias e logradouros públicos.

§2º. O serviço compreende iluminação de vias, logradouros públicos, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 2º. A Contribuição para custeio de Iluminação Pública – CIP - tem como fato gerador o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município de Timbaúba.

Art. 3º. Contribuinte da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município, cadastrado junto à concessionária distribuidora, titular da concessão no território do Município.

Art. 4º. A contribuição será definida com base nas tabelas abaixo, observando a classe e faixa de consumo do contribuinte.

I – para os contribuintes classificados como residencial e com consumo perante a concessionária entre:

FAIXA DE CONSUMO	
(kwh)	VALOR (R\$)
De 0 a 30	2,13

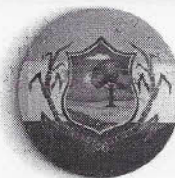


De 31 a 50	3,12
De 51 a 100	9,11
De 101 a 150	22,70
De 151 a 300	38,41
De 301 a 500	75,16
De 501 a 1.000	125,07
Acima de 1.000	249,64

II - para os contribuintes classificados como classe baixa renda e com consumo perante a concessionária entre 0 a 220kwh, serão isentos do pagamento da Contribuição e, caso ultrapassem o limite, submeter - se - ão aos valores dispostos na tabela constante do inciso I deste artigo;

III – para os contribuintes classificados como comércio e indústria, com consumo perante a concessionária entre:

FAIXA DE CONSUMO	
wh)	VALOR (R\$)
De 0 a 30	7,97
De 31 a 50	8,23
De 51 a 100	20,51
De 101 a 150	29,37
De 151 a 300	49,80
De 301 a 500	101,21
De 501 a 1.000	170,56
Acima de 1.000	295,01



Parágrafo único: O valor do rateio da Contribuição, apurado com base no custeio anual do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos, observará a distinção entre contribuintes de natureza industrial, comercial, residencial, baixa renda e serviços.

Art. 5º. A cobrança da Contribuição para custeio de Iluminação Pública – CIP será cobrada mensalmente, por unidade imobiliária autônoma, na fatura de energia elétrica, emitida pela empresa concessionária ou permissionária.

Art. 6º. Os valores da CIP definidos no art. 4º da presente lei serão atualizados anualmente, conforme Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL -, entrando em vigor durante o ciclo de faturamento posterior a sua publicação.

Art. 7º. O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênio com a empresa concessionária ou permissionária distribuidora de energia elétrica, para arrecadação mensal da contribuição, assim como assinar aditivos sempre que ocorrer majoração das tarifas de energia, para estabelecer a incidência dos mesmos percentuais fixados pela empresa.

Parágrafo único: Não será permitida a retenção da CIP por parte da concessionária para fins de abatimento em faturas inadimplidas, salvo se houver a expressa anuência da administração municipal.

Art. 8º. O Chefe do Poder Executivo poderá mediante Decreto corrigir os valores das tabelas acima de que trata o art. 4º desta Lei com base no IPCA, ou no percentual de aumento da tarifa de energia imposto pela concessionária.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023.

Art.10º. Revogam- se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Timbaúba – PE, 06 de dezembro de 2022.

MARINALDO
ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40
806022434

Assinado de forma digital por
MARINALDO ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806022434
Dados: 2022.12.06 11:22:53
-03'00"

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Vereador(a) Presidente da Câmara Municipal de Timbaúba.

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter para deliberação e apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, projeto de Lei que modifica a Lei Municipal nº 2.821, de 02 de julho de 2013 (alterada pela lei 2.945/2015), que DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

Essa alteração tem por objetivo, prover a receita necessária para promover o desenvolvimento de um sistema eficiente de Iluminação Pública, bem como a valorização noturna dos espaços públicos urbanos, contribuindo para melhorar ainda mais a sensação de segurança pública, para o conforto e a qualidade de vida em nosso município.

Face ao exposto, na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração, apresentamos o projeto em questão.

Atenciosamente,

MARINALDO
ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806
022434

Assinado de forma digital por
MARINALDO ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806022434
Dados: 2022.12.06 11:22:37
-03'00'

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER
PROJETO DE LEI Nº 31/2022

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a contribuição para custeio de iluminação pública – CIP e dá outras providências.

RELATÓRIO:

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei nº 31/2022, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a contribuição para custeio de iluminação pública – CIP e dá outras providências.

O projeto se insere dentro da competência legislativa municipal constitucionalmente prevista no art. 30, I, da Constituição da República e quanto à iniciativa legislativa, não se vislumbra vício de ordem formal no projeto.

A norma proposta pelo Poder Executivo municipal encontra-se adequada ao ordenamento jurídico pátrio, pois se trata de matéria de interesse local conforme preceitua a Carta Magna.

O artigo 149-A, da Constituição Federal instituiu a COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, espécie de tributo "*sui generis*", como já decidido pelo STF (RE 573675/SC), e incidirá sobre a prestação do serviço de iluminação pública efetuada pelo Município, cabendo à municipalidade dispor, através de lei específica, a forma de cobrança e a base de cálculo, o que é o caso presente.

O projeto propõe que a base tarifária para a cobrança da CIP será calculada de acordo com consumo de Kwh mensal, **isentando aqueles contribuintes classificados como de baixa renda e que consomem entre 0 e 220Kwh.**

Ao estabelecer faixas de consumo para quantificar o valor da CIP o autor "[...] acabou por legitimar a correlação de sua base de cálculo com o respectivo consumo de energia elétrica." (TJMG - Corte Superior - ADI - 1.0000.07.458101-8.000 - Des. Kildare Carvalho).

O projeto de lei não recebeu emendas.

É o que tínhamos a relatar.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

VOTO

Observa-se, pelo presente relatório, que o projeto em análise não apresenta qualquer vício de iniciativa, nem fere os preceitos constitucionais ou legais vigentes.

Ante o exposto, considerando que a proposição atende ao que determinam a Constituição Federal, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbaúba e à Lei Orgânica do Município, esta comissão opina pela **constitucionalidade e legalidade do presente projeto de Lei**.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 07 de dezembro de 2022.


Ver. Marcos Antonio Ferreira

Ver. Fellipe Gomes Ferreira Lima


Ver. José Bernardo de Farias



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

PARECER

PROJETO DE LEI N° 31/2022

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a contribuição para custeio de iluminação pública – CIP e dá outras providências.

RELATÓRIO:

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei n° 31/2022, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a contribuição para custeio de iluminação pública – CIP e dá outras providências.

De acordo com artigo 149-A, da Constituição Federal a COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública incidirá sobre a prestação do serviço de iluminação pública efetuada pelo Município. Portanto, cabe ao município dispor, através de lei específica, a forma de cobrança e a base de cálculo.

Conforme nos ensina MISABEL ABREU MACHADO DERZI, citando ALIOMAR BALEEIRO, a base de cálculo é "a ordem de grandeza que, posta na consequência da norma criadora do tributo, presta-se a mensurar o fato descrito na hipótese, possibilitando a quantificação do dever tributário, sua gradação proporcional à capacidade contributiva do sujeito passivo e a definição do tipo tributário". (Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, 7ª ed. rev. e compl. à luz da Constituição de 1988 até a Emenda Constitucional n.º 10/1996. Rio de Janeiro, Forense, 1997, p.510).

Ou seja, a base de cálculo é uma grandeza escolhida pelo legislador, que a insere na norma tributária, com o fim de possibilitar a quantificação do tributo. No caso presente a base de cálculo utilizada é estabelecida de acordo com a faixa de consumo de cada unidade consumidora, deixando isentos os consumidores classificados como de baixa renda e que consumam até 220 Kwh mensais.

Quanto à forma de cobrança, o projeto de lei estabelece que será realizada na própria fatura de energia elétrica da unidade consumidora.

Portanto, no mérito, o projeto de lei apresentado encontra-se apto a ser levado ao Plenário para deliberar e votar a matéria em análise.

É o que tínhamos a relatar.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

VOTO

Ante o exposto, esta Comissão opina, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 07 de dezembro de 2022.

Ver. Tarcísio Batista da Silva


Ver. José Bernardo de Farias


Ver. Marcos Antônio Ferreira